

Uma alegria sem limites

Como, numa Igreja sinodal em missão, se pode valorizar a corresponsabilidade dos fiéis com deficiência?

Resumo das contribuições recolhidas durante a sessão de escuta sinodal organizada pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida

Introdução

Em setembro de 2022, o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, e a Secretaria Geral do Sínodo convidaram mais de trinta fiéis com deficiência, dos cinco continentes e pertencentes a Conferências Episcopais e associações internacionais, a darem a sua contribuição para o caminho sinodal.

Ao fim de um trabalho de alguns meses, na qualidade de participantes do grupo convocado, apresentamos à Secretaria Geral do Sínodo e ao Santo Padre um primeiro documento com a síntese das nossas propostas. Tendo em vista a Segunda Sessão da Assembleia Sinodal (outubro de 2024), apresentamos um novo documento de síntese, fruto de novas consultas, para responder à pergunta: **“como, numa Igreja sinodal em missão, se pode valorizar a corresponsabilidade dos fiéis com deficiência?”**

Para tanto, devemos partir do conteúdo do Relatório de Síntese da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos (outubro de 2023), onde está escrito que *“Na promoção da corresponsabilidade de todos os batizados pela missão, reconhecemos as capacidades apostólicas das pessoas com deficiência. Desejamos valorizar o contributo à evangelização que vem da imensa riqueza de humanidade que transportam consigo. Reconhecemos as suas experiências de sofrimento, marginalização, discriminação, por vezes sofridas até no interior da própria comunidade cristã”* (cap. 8/k).

Com isto em mente, acreditamos que se pode vivenciar e praticar a corresponsabilidade em diferentes áreas e de diferentes maneiras. Isto exige, em primeiro lugar, *uma escuta atenta e um compromisso concreto* por parte de *cada comunidade eclesial*. Na Igreja sinodal, todos se ouvem, e é necessário dar uma atenção consciente e qualificada a todos os fiéis, sem exceções, inclusive àqueles que vivenciam a deficiência, mas é necessário um engajamento proativo por parte de todos. Em outras palavras, a nossa participação ativa na vida da Igreja exige que nos envolvamos pessoalmente. Desde a infância, devemos ter a oportunidade de crescer nas nossas comunidades para nos

tornarmos adultos com plenos direitos e capazes de ser um fator de mudança positiva. Para isso, também precisamos de um acompanhamento para crescimento pessoal e pleno autoconhecimento. A Igreja inclusiva que o Papa Francisco anuncia “para todos, todos, todos” convida cada cristão (inclusive aqueles que, como nós, vivem uma condição de deficiência) a assumir a sua responsabilidade no caminho de vocação e missão dado a todos no Batismo.

De maneira geral, muito progresso foi feito. O Sínodo gerou novas expectativas e dinâmicas a partir, entre outros, das indicações apresentadas no nosso primeiro documento, mas a verdade é que ainda existem obstáculos e preconceitos, bem como experiências fortes de paternalismo e assistencialismo que limitam a nossa participação ativa na vida da Igreja. Por exemplo, nas comunidades eclesiais, em nível de dioceses e paróquias, poucos de nós puderam participar na primeira fase sinodal. É necessária uma mudança de mentalidade para toda a Igreja, tanto cultural como estrutural.

Somos gratos à Santa Sé e, em particular, ao Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, pelo trabalho realizado e pelas relações construídas durante esse processo, que nos fizeram experimentar concretamente “a Igreja como a nossa casa”. No caminho sinodal, todos puderam oferecer o seu contributo, e esperamos que este segundo documento (assim como o primeiro, intitulado “A Igreja é a nossa casa”) também receba uma divulgação adequada nas Igrejas locais (dioceses, paróquias, comunidades).

Dito isto, um primeiro passo é conhecer e reconhecer a realidade do mundo das pessoas com deficiência, com seus problemas complexos e os resultados alcançados em nível social, cultural, político-legislativo e educativo.

Também é necessário que a Igreja esteja ciente das alegrias e esperanças, das necessidades e dos obstáculos vividos por todos os seus membros. Por esta razão, o passo seguinte é compreender melhor as diferentes condições de deficiência, no respeito por cada pessoa, e para que todos possam desenvolver plenamente a sua vocação na Igreja. Além de distinguir entre limitações físicas, sensoriais, intelectuais e cognitivas, é necessário tomar consciência das barreiras culturais e físicas que impedem a nossa participação ativa na vida da Igreja. As pessoas com deficiência devem ter ao seu redor as condições para serem protagonistas das suas próprias vidas, da sua experiência espiritual e do seu engajamento apostólico. Juntar todas as condições de deficiência num projeto genérico “para todos” (estruturas, orientações pastorais e atividades), significa aumentar as dificuldades e manter a porta aberta ao paternalismo, alimentando a “cultura do descarte”.

Para ser concreto, propomos alguns níveis de atuação por meio dos quais se pode valorizar a corresponsabilidade dos fiéis com deficiência:

1. O nível da acessibilidade
2. O nível da formação
3. O nível da reflexão teológica
4. O nível de participação ativa na vida pastoral da Igreja

1. O nível da acessibilidade

É necessário garantir uma acessibilidade cada vez maior aos espaços, celebrações e documentos da Igreja. Para isso, deve-se incentivar a eliminação das barreiras arquitetônicas que, em muitos casos, tornam as igrejas inacessíveis, a tradução para as línguas de sinais nacionais e a audiodescrição das celebrações, bem como a disponibilização em Braille dos documentos eclesiais. A simplificação da linguagem, além de ser um elemento adicional de acessibilidade, permitiria uma divulgação mais ampla de muitos documentos. Em particular, seria significativo se isso acontecesse a partir das celebrações do Santo Padre e dos documentos da Santa Sé.

Para garantir essa acessibilidade, seria desejável que cada Igreja particular se esforçasse para disponibilizar os recursos financeiros necessários.

2. O nível da formação

O tema da formação surge como ponto crucial para promover a inclusão autêntica em todos os níveis da Igreja. Os *pastores e agentes pastorais* devem ser formados para entender o que é a deficiência, como ela afeta as pessoas ao nível social e eclesial, e que desafios enfrentam os fiéis com deficiência. A formação deve levá-los a estar conscientes e atentos às necessidades de cada pessoa.

Para combater os estereótipos culturais, seria necessário e importante oferecer ao maior número possível de pessoas e em todos os níveis (diocesano – local/paroquial ou de unidade pastoral):

- a. experiências de conhecimento/formação sobre as diferentes condições de deficiência: cognitiva, intelectual, sensorial, motora, neurológica e sobre os seus diferentes graus (leve – moderado – grave);

b. experiências de conhecimento/formação sobre as áreas e necessidades relacionadas ao dia a dia das pessoas com deficiência: escola, trabalho, participação social, a questão da “vida independente”, as leis e os direitos que as afetam, a possibilidade de acesso a informações digitais e não digitais;

c. momentos formativos sobre o tema das modalidades e instrumentos comunicativos específicos utilizados pelas pessoas com deficiência;

d. escuta de testemunhos diretos de pessoas com diferentes deficiências, convidando-as a participar de grupos de trabalho colaborativos com entidades sociais que atendam às suas necessidades, a fim de conhecer as dificuldades que enfrentam diariamente e encontrar juntos estratégias de solução.

Ao mesmo tempo, é necessário:

e. formar *catequistas ‘especializados’* em gerir e acompanhar o caminho mistagógico da fé cristã com atenção específica às pessoas com deficiência. Seria importante que, mesmo nos percursos de formação dos seminaristas, os estudos incluíssem adequadamente o tema da deficiência, incluindo testemunhos diretos de pessoas que vivem essa condição.

f. Formar agentes para saberem acompanhar as pessoas com deficiência em percursos personalizados – quando necessário – de preparação para os sacramentos, incluindo as ordens sacras e o matrimônio. É preciso formar, para esse fim, também pessoas com deficiência para que possam contribuir como testemunhas e formadoras. Em particular, casais em que se vive a experiência da deficiência podem colaborar na pastoral familiar nas dioceses.

g. Formar *a comunidade* para mudar o olhar em relação às pessoas com deficiência: olhar a partir das nossas potencialidades e capacidades, e não dos nossos limites, e reforçar a diferença entre deficiência e doença. Nem todo doente é deficiente, e nem todas as pessoas com deficiência estão doentes. É necessário criar workshops/momentos de reflexão voltados para a comunidade, para apresentar o tema da deficiência, de modo que as pessoas possam familiarizar-se com esse âmbito, mudando pouco a pouco a tendência a considerá-lo de interesse exclusivo de especialistas ou de famílias que têm um membro com deficiência.

h. Formar *as famílias* onde se vive a deficiência para apoiá-las. Em particular, foi destacada a importância de envolvê-las para descobrirem outra maneira de ver os seus filhos.

i. Por último, é importante formar as pessoas com deficiência para tomarmos consciência do nosso direito/dever de participar plenamente da vida da Igreja e de nos formarmos para sermos evangelizadores. Podemos ser missionários, anunciar e disseminar a Palavra de Deus, assim como servir na igreja durante as celebrações.

3. O nível da reflexão teológica

Nos últimos anos, tem-se explorado algumas novas perspectivas de reflexão teológica, partindo também da contribuição de teólogos que vivem a experiência da deficiência. Da mesma forma, acreditamos que – para evitar uma imagem “dolorista” e distorcida da deficiência, é útil aprofundar ainda mais a reflexão sobre o significado da encarnação, paixão, cruz e sobre a ação curativa e salvífica de Cristo. O mesmo vale para a dignidade batismal dos fiéis com deficiência que, embora teologicamente evidente, não parece refletir-se na experiência pessoal e pastoral em todos os âmbitos da Igreja.

Ao explorar esses novos horizontes de reflexão teológica, é importante reconhecer que a deficiência não tem relação com o pecado (original ou não) e que o limite é uma característica intrínseca da natureza do homem, o qual também é sempre criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1, 26-27). Todas essas limitações foram assumidas e redimidas por um Deus misericordioso que encarnou e tomou sobre si a nossa humanidade em todas as suas dimensões.

4. O nível de participação ativa na vida pastoral da Igreja

a. Os sacramentos

Como afirma o Diretório para a Catequese, “ninguém pode recusar os sacramentos às pessoas com deficiência”. Isso vale tanto para os sacramentos da iniciação cristã quanto para o matrimônio e as ordens sacras. Para isso, sugerimos que, se necessário, sejam iniciados caminhos de reflexão adequados no âmbito do direito canônico.

b. A ministerialidade

É preciso encontrar novas formas de participação e consolidar as que já existem. As pessoas com deficiência devem ser convidadas – segundo as capacidades, dons, carismas

e atitudes de cada um – e colocadas em condições de servir a Igreja, tendo acesso aos ministérios instituídos de acólito, catequista, ministro extraordinário da comunhão, diaconato, e devem poder responder à sua vocação, seja ela religiosa ou laical.

Em particular, é eficaz que a catequese para pessoas com deficiência – no caso de pessoas surdas ou cegas – seja ministrada por pessoas que tenham elas próprias essa condição.

c. Os organismos de participação

Propomos uma estratégia de trabalho de longo prazo em todos os níveis da Igreja: universal, continental, de Conferências episcopais, dioceses e paróquias.

Dentro da Cúria Romana, propomos a criação de um organismo (comissão, comitê...) composto por pessoas com deficiência e por alguns especialistas, que também exerça a função de Observatório sobre questões relacionadas à vida das pessoas com deficiência na Igreja.

As conferências episcopais deveriam prever departamentos dedicados a promover a formação e o acompanhamento espiritual e pastoral tanto das pessoas com deficiência quanto da própria comunidade eclesial; da mesma forma, deve haver em cada diocese um responsável ou equipe para aqueles que vivem uma condição de deficiência.

Deve-se buscar espaços nos quais os fiéis com deficiência estejam representados nos órgãos decisoriais da comunidade nos níveis diocesano e paroquial – por exemplo, nos conselhos pastorais – para garantir que as nossas vozes sejam ouvidas e consideradas, para que nada do que nos diz respeito seja decidido sem sermos consultados.

d. Modalidades concretas de ação pastoral

É necessário promover uma participação mais ampla e ativa das pessoas com deficiência na vida da comunidade paroquial/unidade pastoral. Isso pode ser facilitado ao colocar em prática de algumas atitudes concretas:

- conhecer as pessoas com deficiência presentes no seu território, tanto as que vivem isoladas como as que se organizam em associações e centros sociais, culturais e esportivos, por meio de centros de escuta ou de monitoramento social, visando detectar situações existentes;

- manter contactos com associações e grupos de pessoas com deficiência, para que possam partilhar os seus problemas, aspirações e capacidades, em todas as áreas da vida pessoal e social.
- dar atenção às famílias das pessoas com deficiência, que precisam ser ouvidas e apoiadas, criando também pontos de escuta;
- valorizar os carismas das pessoas com deficiência, encorajando e oferecendo a possibilidade de participarem nas diversas realidades territoriais eclesiais;
- superar, onde ainda estiver presente, a mentalidade assistencialista, substituindo o “agir para” pelo “agir com”. Da mesma forma, apoiar e partilhar os esforços por uma sociedade mais inclusiva, solidária e fraterna.
- identificar contextos digitais (plataformas, páginas da web) e modalidades concretas, nas comissões pastorais, para partilhar boas práticas e experiências positivas e eficazes de coparticipação e corresponsabilidade dos fiéis leigos com deficiência na Igreja, em todos os níveis.

Em conclusão, desejamos reiterar que a condição de deficiência não é um obstáculo ao seguimento de Cristo, e que o Sínodo tem-se revelado um instrumento valioso para compreender essa verdade na Igreja. O Senhor chama a cada um de nós, como fiéis batizados, a viver *uma alegria sem limites*.

Seguem as assinaturas dos participantes